



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150564 - GO (2021/0225118-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : JHONATHAN MENEZES DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JHONATHAN MENEZES DE SOUZA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5166166-76.2021.8.09.0000).

O recorrente foi preso em flagrante no dia 3/4/2021 e teve a prisão convertida em preventiva pela suposta prática do delito previsto no art. 155, §4º, II e IV, do Código Penal.

Sustenta que a prisão é desproporcional, nos termos do art. 282, II, do Código de Processo Penal servindo, por tratar-se na espécie de crime de furto cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, sendo a sua imposição como a antecipação da pena.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente, expedindo-se o alvará de soltura.

No mérito, pugna o provimento do recurso para que seja concedido ao paciente o direito de aguardar o julgamento do processo em liberdade e caso necessário, sejam impostas medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do artigo 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente